



ACTA Nº.11/2011
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2011

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Artur João Rebola Pombeiro, Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Borba.-----

-----PONTO 1. ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a ordem do dia que foi a seguinte:-----

Ponto 1.1 – Aprovação da Acta nº.9/2011-----

Ponto 1.2 – Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstrações de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais-----

Ponto 1.3 – Proposta da 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos-----

PONTO 1.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº.9/2011-----

Previamente distribuída por todo o executivo, e depois de analisada foi aprovada por unanimidade a acta nº.9/2011.-----



PONTO 1.2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO E INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS--

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado os documentos de prestação de contas e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Verificou-se que os documentos em apreciação acusam nas "Operações Orçamentais" as **Receitas Orçamentais de 7.391.437,77€** e as **Despesas Orçamentais de 7.785.207,51€**. Em "Operações de Tesouraria", registou-se uma **ENTRADA DE FUNDOS no montante de 559.686,68€** e uma **SAÍDA DE FUNDOS no montante de 577.650,44€** e um **SALDO FINAL de 232.528.31€**. A **Demonstração de Resultados** apresenta um Resultado Líquido do Exercício de **(-273.068,73€)** e o **Balanço** apresenta no Activo/Capital Próprio + Passivo o valor de **44.295.874,89€**.-----

Antes de colocar o documento à votação o Senhor Presidente começou por referir que em relação à mensagem inicial do documento, este ano temos sido, de certa forma, condicionados pela grande crise que a Europa atravessa, e como é lógico, no interior do país, somos dos municípios que acabam por sofrer ainda mais grande parte dos cortes e das faltas de investimento que existem neste país e, claro, que se traduz naturalmente nas receitas. De qualquer maneira continuamos a defender as linhas estratégicas que definimos. Nunca foi nossa intenção fazer tudo em Borba, quem vier a seguir tem que ter sempre alguma coisa para fazer e entendemos que é possível fazer



mais e melhor. Também acreditamos que os borbenses e mesmo o país há-de mudar, e esperemos que para melhor, de modo a que a qualidade de vida das populações do interior, e particularmente do concelho sejam melhorados.-----

Em relação ao Relatório de Gestão, por aquilo que é dado a conhecer ao longo dos anos, há que reconhecer que o mesmo tem melhorado substancialmente, em termos qualitativos. Referiu, não estar a falar de números, mas sim em termos de apresentação do relatório, em termos de esforço da equipa que o tem feito. Este ano a novidade é de facto a certificação do ROC, que cumpre todas as regras que o POCAL impõe. Em relação à organização realçou a satisfação pelo facto de aparecerem vários módulos do sistema informático com valores perto dos 100%. Tem sido feito um enorme esforço, mas há que dar mais um “empurrão” particularmente àqueles que têm valores mais baixos e, referindo-se à gestão de obras particulares, feiras e mercados, cemitérios e, estes, neste momento, são os que têm valores mais baixos. Há que tomar decisões no sentido de implementar definitivamente estes módulos para que até 2011 tudo corra da melhor maneira e haja receptividade por parte dos serviços, como tem havido, no sentido de implementar estes módulos a 100%. Quanto ao orçamento da receita e da despesa, verifica-se que as receitas correntes cobradas representaram uma taxa de execução de 78%, das receitas correntes previstas cobrar no ano de 2010. As receitas de capital cobradas representam 28% do montante previsto, acrescentando tratar-se de uma situação normal, dado que as mesmas estão relacionadas com o QREN, QCAIII, etc., o que origina a que em termos de receitas de capital os valores sejam relativamente baixos. Situação que vai originar uma taxa de execução na ordem dos 51.69%, ou seja, muito superior àquilo que vinha acontecendo. O orçamento da despesa no ano de 2010, apresentou uma execução orçamental 78,80% das despesas correntes previstas pagar durante o ano de 2010. Acrescentou ainda, que a execução orçamental das despesas de capital apresentou uma taxa de execução de 31,16% das despesas de capital prevista pagar durante o ano de 2010. -----

O valor pago das despesas totais, originou uma taxa de execução orçamental de 54,35%. Explicou que esta taxa de execução foi fortemente prejudicada



pelas despesas de capital, uma vez que, neste tipo de despesas foram pagas apenas 31,16% das despesas previstas pagar durante o ano de 2010. -----
Quanto à síntese da actividade desenvolvida, as linhas estratégicas são as mesmas que se tinham definido, e dessas linhas estratégicas em relação às três dimensões definidas é de salientar, pelo menos, o grande esforço que tem sido feito em termos de Modernização/Qualificação e Simplificação do Atendimento, esforço esse que é reconhecido por todo o Distrito, mesmo a própria empresa que tem dado apoio, em termos de formação, tem dado como um dos bons exemplos, o exemplo de Borba. Ainda em relação a esta linha estratégica, realçou a “Remodelação e Modernização do Edifício dos Paços do Concelho” e a importância do Projecto URBAL que de certa forma tem contribuído para projectar Borba e tem trazido algumas receitas. -----
Quanto à segunda linha estratégica, das cinco dimensões que foram definidas, aquela que, na opinião do senhor Presidente, são as que apresentam alguma relevância, tem que ver o esforço que tem sido feito com os Projectos da Requalificação da Escola EB2, 3 Padre Bento Pereira e do Centro Escolar de Borba, e também um grande trabalho ao longo da delegação de competências na área da Educação. Realçou também a questão das actividades de enriquecimento curricular e também a política de acção social escolar, nomeadamente, a questão dos transportes escolares, a gestão e manutenção de cantinas, ou seja, o aperto que tem havido no sentido de com pouco fazer muito.-----
Em relação à terceira linha estratégica, “Promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável”, das seis dimensões que são referidas, realçou a rede de equipamentos culturais ligadas ao programa “Teias” que está aprovado e que se espera que se venha a concretizar. Referiu que relativamente ao Parque Desportivo Urbano de Borba, algumas mudanças positivas têm sido feitas. Informou ainda, que nestas áreas, mais poderia ter sido feito, mas efectivamente as coisas cada vez estão mais complicadas em termos de QREN e também em termos de contenção orçamental.-----



No que se refere à “Consolidação Política e Promoção da Saúde a Nível Local”, é de realçar o importante trabalho que tem sido feito com a Unidade Móvel de Saúde e a articulação com o Centro de Saúde de Borba. -----

Em relação aos “Instrumentos de Planeamento” continua-se a trabalhar como tem sido feito até aqui. O Plano de Pormenor da Área de Equipamentos de Apoio à Ecopista e o Plano de Pormenor de Santa Bárbara, estão a ser executados pelos técnicos da Câmara.-----

Quanto à quarta linha estratégica “Desenvolver a Coesão e a Justiça Social” das quatro dimensões referidas, salientou o papel importante que tem sido feito no âmbito da Rede Social e que tem permitido que se resolvam alguns problemas ligados a pessoas de baixo rendimento, e também alguns equipamentos que têm sido reclamados e dados pareceres favoráveis no sentido de que se venham a concretizar.-----

Em relação à quinta linha estratégica “Turismo, Competitividade, Inovação e Empreendedorismo” das sete dimensões que são referidas, realçou: a valorização económica e a gastronomia, o avanço que houve em termos de valorização do património, histórico e cultural, onde se pensa vir a avançar no âmbito do “Corredor Azul”, e o desenvolvimento de projectos para a criação de Centros Tecnológicos e de Energias Renováveis, onde tem havido algum esforço nomeadamente em relação às negociações com potenciais investidores interessados na implantação de uma Central produtora de energias alternativas. -----

No que se refere ao PPI e Grandes Opções do Plano é a mesma questão dos anos anteriores, ou seja, uma coisa é o que efectivamente é executado, outra coisa é aquilo que no fundo é espelhado. Verifica-se que em termos de PPI foi apenas executado 15,62% (este o mapa tem em consideração apenas despesas e não a execução física do PPI). No que se refere às Grandes Opções do Plano a situação é ligeiramente superior, ou seja, o valor executado é na ordem dos 27,37%. -----

Em relação às políticas adoptadas, verifica-se que a evolução das receitas de capital e das receitas correntes, em relação às receitas totais dos últimos anos, sofreram algumas oscilações relacionadas essencialmente com o



encerramento do QCA III, e das indefinições e fraco grau de execução do actual QREN. -----

Quanto à evolução da situação económica, verifica-se que há uma grande preocupação com a contenção de despesas, há situações porém, que não se pode “fugir”, mas não há dúvida nenhuma que se tem procurado reduzir ao máximo. Acrescentou ser ainda possível, rentabilizar mais e melhor. -----

Relativamente aos Indicadores de Gestão, o Resultado Líquido Exercício de 2010 contrariou a tendência, recuperando, fortemente, para muito próximo do valor alcançado em 2006, com um crescimento positivo superior a 30%. Os Proveitos Operacionais, embora com pequenas oscilações, e de acordo com o gráfico demonstrado, nos últimos 5 anos, mantiveram-se acima dos 90%. Quanto aos Meios Libertos, o senhor Presidente explicou que, este indicador representa a capacidade de assegurar o crescimento do Município e no ano de 2010 alcançou-se um valor muito próximo de 1,6 milhões de euros, o melhor dos últimos 7 anos. A rentabilidade dos fundos próprios é um indicador de desempenho dos capitais investidos, independentemente da forma de financiamento e que no exercício de 2010 apresentou uma evolução positiva próxima dos 33%. A rentabilidade do activo, apresentou no ano de 2010, uma melhoria superior a 55%. Quanto à autonomia financeira, que mede o grau de solvabilidade do Município, apesar de se verificar alguma tendência para a estabilização do indicador, o mesmo indica necessidade de prudência nos compromissos financeiros futuros. O indicador da Rentabilidade Económica, apesar de ter evoluído favoravelmente, será prudente, nos exercícios futuros contrair um nível de compromissos mais baixos. -----

Quanto ao Fundo Maneio, o senhor Presidente, disse que este indicador melhorou ligeiramente no ano de 2010. Referiu que o Fundo Maneio existente no final de 2010, é devido, em parte, às disponibilidades existentes na conta específica do projecto URB-AL III, que só pode ser movimentada, exclusivamente, para recebimentos e pagamentos deste projecto. -----

Os prazos médios de pagamento do Município no último trimestre de 2010, apresentou um aumento significativo, face aos trimestres anteriores. -----

No que se refere aos Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo, o



montante em dívida no início de 2010 era de cerca de 7.980.000,00€ tendo-se fixado no final do ano em cerca de 7.100.000,00€. Nos Empréstimos a Curto Prazo, o Município contraiu no ano de 2010 um empréstimo de 400.000,00€ para fazer face a dificuldades de tesouraria, tendo utilizado apenas o montante de 350,000.00€ durante o ano, e amortizado o mesmo, na totalidade, antes do final do ano. -----

Quanto aos limites do Endividamento Municipal, o senhor Presidente referiu que apesar de se ter alcançado o objectivo de redução do endividamento líquido municipal, deverão ser implementadas medidas de contenção orçamental com vista à redução do respectivo endividamento.-----

Após mais algum diálogo entre o executivo, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra a sua aprovação. Votaram a favor e Senhor Presidente e os Senhores vereadores Artur João Rebola Pombeiro, Humberto Luís Russo Ratado e Rosa Maria Basílio Véstia. **Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva e apresentou a seguinte declaração de voto:** *“Em Abril, de acordo com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é o mês de as autarquias apreciarem os documentos de prestação de contas relativos ao ano económico anterior.*-----

A análise destes documentos, permite conhecer a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia, designadamente no que diz respeito ao investimento, condições de financiamento, custos e proveitos; permitem avaliar a situação financeira da autarquia bem como conhecer a evolução da dívida.-----

Para apreciação dos documentos de prestação de contas de 2010, a Câmara Municipal de Borba, reúne extraordinariamente hoje dia 20 de Abril.-----

Os resultados pasmados nos documentos que nos foram distribuídos, não constituíram qualquer surpresa, por traduzirem o resultado das opções tomadas nos documentos previsionais.-----

As críticas que foram levantadas quer pelo eleito da CDU no órgão executivo, quer pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, na discussão dos documentos previsionais, vieram agora confirmar-se pelos números apurados.



Desde logo, começámos por dizer que o orçamento apresentado, era irrealista e empolado no que dizia respeito á previsão de receitas, mesmo num cenário super optimista, dificilmente seria atingido.-----

Confirma-se agora que estávamos certos, as receitas arrecadadas pelo Município ficaram muito aquém do esperado, com uma taxa de execução de 35% relativamente às previsões inicial, ou seja dos 22.902.78,00€ previstos foram arrecadados 8.034.023,00€, situação esta a merecer reparo também por parte da ROC no seu relatório Financeiro, esta prática já vem de anos anteriores e apesar de em 2010 se tentar alterar através de revisões orçamentais em baixa, passando o orçamento de 22.902.783,00€ previstos inicialmente, para um orçamento corrigido de 14.322.942,00€, a taxa de execução relativamente ao orçamento corrigido situou-se apenas nos 56,10%.-----

A despesa apresenta também uma taxa de execução de 34% relativamente ao orçamento inicial, ou seja dos 22.902.783,00€ previstos inicialmente executaram-se apenas 7.785.208,00€.-----

*Relativamente ao orçamento corrigido situou-se nos 54,35%.-----
Estas taxas de execução revelam bem a falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais. O empolamento sistemático da receita, por parte da actual maioria, é a razão fundamental do desequilíbrio orçamental e a causa do crescimento da dívida de curto prazo, na componente da dívida a fornecedores de curto prazo.-----*

Deve também ser tido como relevante a referência feita pela ROC quanto ao controlo orçamental da despesa, relativamente ao registo de compromissos futuros, nomeadamente quanto a empréstimos (amortizações de capital e juros), empreitadas e outros contratos plurianuais.-----

Em 2010 voltou a aumentar a dívida a fornecedores e outros credores situando-se no final de 2010 em 14. 464.873,45€ Quando no final de 2009 era de 14.415.301,42€, um aumento de cerca de 50.000€.-----

Só a dívida a fornecedores conta corrente, aumentou mais de 325.000€, situando-se agora em 1.266.364,32€, dívida esta de curto prazo.-----

A dívida a fornecedores de imobilizado também aumentou mais de 113.000€, situando-se agora em 4.997.625,99€.-----



Em termos de limites do endividamento municipal, apesar de não se ter pronunciado sobre o mesmo, não deixa a ROC de recomendar uma adequada consolidação orçamental, face ao nível de execução apurado, endividamento verificado e prazos médios de pagamentos verificados no exercício de 2010, segundo o relatório de gestão o prazo médio de pagamentos era no final de 2010 de 257 dias, e o limite ao endividamento líquido estava ultrapassado em mais de 2.291.400€.-----

Se analisarmos a evolução da receita desde 2005 até 2010 constatamos que 2010 foi o ano em que o Município arrecadou menos receita.-----

Constatamos que todos os anos a receita corrente tem aumentado, mas mesmo assim continua sem cobrir a despesa corrente na íntegra.-----

Constatamos que os aumentos de receitas correntes se devem ao crescimento de receitas provenientes de impostos indirectos que de 2005 a 2010 aumentaram mais de 50.000€, as transferências correntes que aumentaram no mesmo período cerca de 1 milhão de euros, e a venda de bens e serviços correntes em igual período mais de 320.000€.-----

Se analisarmos a evolução da despesa desde 2005 a 2010 constatamos que as despesas com pessoal aumentaram cerca de 800.000€ entre 2005 e 2010, a aquisição de bens e serviços aumentou mais de 240.000€, os juros e outros encargos cresceram mais de 150.000€, as transferências correntes (Protocolos com as Juntas e com o Movimento Associativo) essa despesa apresenta em 2010 o valor mais baixo desde 2005, situando-se mesmo abaixo desse valor em mais de 50.000€.-----

Por outro lado as despesas de capital apresentam a pior execução deste período de referência.-----

Em conclusão estamos nesta data perante a evidência documental do que dissemos em Dezembro de 2009 quando da discussão dos documentos previsionais: que o orçamento era uma farsa e demonstrámos que era evidente a impossibilidade de concretização da maior parte das propostas apresentadas em PPI, que era evidente que não passariam da fase do anúncio e da propaganda.-----

O Plano Plurianual de Investimentos apresentava inicialmente uma dotação de 14.376.075€ e teve uma execução de 936.599,52€, 6,5% do inicialmente previsto.



A percentagem que nos é apresentada de uma execução de 15,62% é sobre o PPI corrigido para um total de 5.996.133,39€.-----

Uma execução baixíssima em qualquer das situações.-----

2010 Voltou a ser um ano adiado tal como 2009 já tinha sido.-----

Construção dos novos Estaleiros – Aguarda Oportunidade de Financiamento.----

A Cooperação com as Juntas de Freguesia recuou para níveis anteriores a 2005.---

A Construção da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos – Aguarda Oportunidade de Financiamento.-----

A área de deposição comum de Borba está abandonada e sem actividade, e a empresa EDC em dificuldades para se manter, e a empresa que detinha a exploração vai devolvê-la.-----

Programa Estratégico de Regeneração Urbana de Borba, é um folhetim de aprovações e reformulações, obra é que nada.-----

A requalificação da Escola EB2,3 foi adiada e passou para 2011 e vamos ver como vai acabar.-----

O Centro de Teatro Tradicional do Alentejo – não passa de contactos há mais de 3 anos.-----

O museu das Profissões aguarda melhores dias.-----

O Parque Desportivo Urbano de Borba – Aguarda oportunidade de Financiamento.-----

Arranjo Urbanístico e Paisagístico em Rio de Moinhos - Aguarda oportunidade de Financiamento.-----

O Apoio através de Protocolos de Colaboração a Entidades sem fins lucrativos foi bastante reduzido.-----

A Recuperação do Pano da Muralha e Abertura da Porta do Castelo – foi apresentada candidatura.-----

A dinamização do Mercado Municipal ficou por fazer bem como a disponibilização dos novos espaços comerciais concluídos.-----

O Pavilhão de Eventos continua sem qualquer dinâmica e rentabilidade.-----

A Piscina Coberta concluída, continua sem funcionar.-----

O Pólo Industrial da Orada está parado, com uma indústria a terminar a instalação e sem rede de esgotos e sem infra-estruturas eléctricas.-----



*O Centro de Acolhimento às Micro empresas aguarda melhores dias.-----
O Pólo Industrial de Rio de Moinhos não teve qualquer evolução durante o ano de 2010.-----*

*E tantas outras necessidades do concelho que foram adiadas ...-----
Pelo que estes números representam, mapas e relatórios significam e reflectem, não posso senão votar contra os documentos apresentados.-----*

Não o fazer seria concordar com as políticas erradas que têm sido seguidas nos últimos anos neste Município e que tem levado ao estrangulamento financeiro da autarquia, ao aumento da dívida e ao adiar de projectos importantes para o município, enquanto milhões foram gastos em investimentos que depois de concluídos continuam sem actividade ou com muito pouca”.-----

Seguidamente o Senhor vereador Humberto Ratado apresentou também a seguinte declaração de voto: *“Em primeiro lugar, entendo deixar um reconhecimento à informação disponibilizada tecnicamente reflectida nestes documentos, já que, ao longos dos anos a preocupação de se apresentar de forma inequívoca e transparente as contas do Município, tem sido uma constante e uma realidade, nesta gestão.-----*

Tendo em conta as dificuldades acrescidas que se apresentaram ao Município de Borba, por imposições governamentais, como consequência da grave situação Nacional, este executivo durante o ano de 2010, implementou com determinação e em consciência, uma série de medidas e decisões que foram determinantes para chegarmos ao final do ano com resultados financeiros, que caminham no sentido da estabilidade financeira do Município. Ao longo destes anos de gestão do Município, está claramente demonstrado que esta maioria tem tanto de determinação e responsabilidade para concretizar projectos e iniciativas que contribuam para uma melhoria das condições de vida da população borbense, como, determinação e responsabilidade para decidir de forma a adoptar medidas e desenvolver mecanismos que contribuam para caminhar para uma boa situação financeira e honrar todos os compromissos assumidos. 2010 registou profundas alterações a nível central, provocando necessariamente alterações locais, sobretudo ao nível da decisão, em que as reflexões foram imprescindíveis para adaptação às novas realidades, mantendo sempre presente os objectivos



*de continuidade da melhoria das condições de vida da população borbense, como da modernização administrativa, e maximização de meios humanos, técnicos e financeiros. As contas agora apresentadas reflectem uma melhoria generalizada nos seus indicadores, tais como: 1- redução acima dos 10% do endividamento líquido; 2- princípio do equilíbrio orçamental, que se pode considerar alcançado, dado o seu diferencial de Rec. correntes e Desp. Correntes, ser insignificante; 3- despesas correntes apresentam um decréscimo em relação ao ano anterior; 4-grande parte dos indicadores de gestão a revelarem um comportamento positivo; 5- resultado líquido do exercício, embora ainda negativo mas a registar uma melhoria em relação a 2009 na ordem dos 600 mil euros, situando-se aproximadamente nos 270 mil euros negativos. Com resultados desta natureza, entendo ser prudente estarmos satisfeitos com o desempenho ao nível financeiro, contudo, continua a ser uma realidade que muito se tem que fazer mas também é uma realidade que no âmbito da modernização administrativa o Município de Borba é hoje uma referência para muitos, fruto de uma clara aposta e determinação a esse nível e do empenho inequívoco dos funcionários com responsabilidades de implementação, funcionamento e utilização das diferentes aplicações informáticas.-----
Por tudo isto, o meu voto a favor das contas referentes a 2010".-----
Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento nº.1.-----*

PONTO 1.3 – PROPOSTA DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-----

Previamente distribuída por todo o executivo foi presente a proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentada pela Técnica Superior da área financeira (cujas cópias se arquivam em pasta anexa como documento nº.2)-----
Tendo em conta a alínea c) do nº.2 do artº.64º da Lei nº. 169/99 de 18 de



Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, e de acordo com a proposta técnica, o Senhor Presidente propôs que a proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Despesa Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Depois de analisada e discutida o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

O senhor vereador Joaquim Serra mesmo votando favoravelmente recomendou que futuramente e enquanto houver saldo suficiente nas receitas e nas despesas as mesmas sejam compensadas nas verbas do orçamento até porque de acordo com o POCAL, só devem ser inscritos novos valores quando os saldos das outras rubricas já estiverem ultrapassadas o que não é o caso. Poderia perfeitamente ter-se feito a inscrição do projecto sem ser necessário aumentar o valor total do orçamento. -----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade e, ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas da qual se lavrou a presente acta, composta por treze páginas, que por ele vai ser assinada e por mim Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----